

Fabrizio Castagna Lunardi

Luiz Otávio Rezende

Curso de
SENTENÇA
CÍVEL

• Técnica • Prática • Desenvolvimento de habilidades



2018



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 164, Ed. Marfina, 1º Andar – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

Diagramação: Lupe Comunicação e Design (lupecomunicacao@gmail.com)

L961 Lunardi, Fabrício Castagna.
Curso de Sentença Cível: Técnica, Prática e Desenvolvimento de Habilidades / Fabrício Castagna Lunardi e Luiz Otávio Rezende. – Salvador: Juspodivm.
672 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-1832-7.

1. Sentenças (Direito). 2. Sentenças (Processo Civil) I. Lunardi, Fabrício Castagna. II. Luiz Otávio Rezende III. Título.

1117429

CDD 347.077

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

Copyright: Edições JusPODIVM

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	23
INTROITO: POR QUE UM CURSO DE SENTENÇA CÍVEL? (<i>Fabrizio Castagna Lunardi</i>) ...	27
Capítulo I	
ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE O CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA (<i>Luiz Otávio Rezende</i>)	33
1. Regras constantes da Resolução n. 75/09 do Conselho Nacional De Justiça	33
2. orientações práticas de preparação – Técnicas de redação da sentença cível	37
2.1 Início da preparação – aquisição da técnica de elaboração da sentença por meio de treinamentos com exercícios simulados	37
2.2 Treinamento – orientações práticas	38
2.2.1 A correta administração do tempo	39
2.2.2 Esquema prévio ou roteiro lógico da sentença antes de se iniciar a resposta	40
2.2.3 Material de apoio ao treinamento	42
2.2.4 Caligrafia – aperfeiçoamento e aspectos relativos ao uso da letra de forma	43
2.3 Aspectos essenciais da linguagem e fundamentação da sentença	44
2.3.1 Sentença completa e com linguagem clara, concisa, correta e organizada	44
2.3.2 Atenção especial às especificidades do problema (datas e pedido), bem como às questões cognoscíveis de ofício (CPC, art. 10)	47
2.3.3 Observância obrigatória da orientação dos Tribunais Superiores (jurisprudência e entendimentos sumulados) e referências legais	48
2.4 Prova de sentença determinada – adaptação do treinamento às características da prova – orientações específicas	50
2.4.1 Análise das provas anteriores – Estilo, extensão do questionamento e limitação de linhas	50
2.4.2 Pesquisa do perfil dos examinadores – estilos de redação, estruturação de parágrafos e fundamentação por esses adotados	54
Capítulo II	
ESTRUTURAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA SENTENÇA (<i>Fabrizio Castagna Lunardi</i>) ..	57
1. As decisões judiciais	57

2.	A sentença e seus requisitos	61
3.	Forma de exposição dos elementos da sentença	62
4.	Preâmbulo	64
5.	Ementa.....	65
6.	Relatório da sentença cível.....	67
6.1	Funções do relatório.....	67
6.2	Questões redacionais.....	68
6.2.1	A expressão “Vistos etc.”.....	68
6.2.2	Aspectos linguísticos, ordenação e conteúdo do relatório	69
6.2.3	Tempo verbal e verbos comumente utilizados.....	70
6.3	Conteúdo, estruturação e modelos de relatório	71
6.4	Relatório no caso de dois ou mais processos sendo julgados simultaneamente	74
6.5	Frase de transição	75
6.6	Relatório dispensado – Técnicas de leitura e anotação a partir do relatório proposto pela Banca Examinadora.....	76
7.	fundamentação.....	76
7.1	Definição, função, redação, estruturação e conteúdo da fundamentação....	76
7.2	Impactos do Novo CPC em relação à fundamentação: artigos 489, § 1º, e 926 e 927 da Lei 13.105/2015	83
7.3	Aplicação das técnicas de confronto e superação de precedentes na sentença	85
7.3.1	Modelos.....	88
7.4	Aplicação do princípio ou critério da proporcionalidade (ponderação ou sopesamento).....	90
7.5	Ordem da fundamentação	92
8.	Abordagem do julgamento simultâneo	93
9.	Tratar da questão que já deveria ter sido decidida, mas não foi.....	94
10.	Abordagem do julgamento antecipado do mérito.....	95
11.	Preliminares ao mérito	97
11.1	Questões introdutórias.....	97
11.2	Forma de abordar as preliminares na sentença	98
11.3	Ordem de apreciação das preliminares (ao mérito).....	100
11.4	Análise das preliminares.....	101
11.4.1	Inexistência ou nulidade da citação (inc. I)	102
11.4.2	Incompetência absoluta e relativa (inc. II)	103
11.4.2.1	Aspectos gerais.....	103
11.4.2.2	Questões especiais e comuns em relação à preliminar de incompetência	105
11.4.3	Impugnação ao valor da causa (inc. III).....	111
11.4.4	Inépcia da petição inicial (inc. IV).....	111
11.4.5	Perempção, litispendência e coisa julgada (incs. V, VI e VII)...	112
11.4.6	Conexão (inc. VIII) e Continência	113
11.4.7	Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização (inc. IX).....	116

11.4.8	Convenção de arbitragem (inc. X)	119
11.4.9	Ausência de legitimidade ou de interesse processual (inc. XI)....	120
11.4.9.1	Legitimidade	121
11.4.9.2	Interesse em agir (ou interesse processual).....	124
11.4.10	Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar (inc. XII)	127
11.4.11	Indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça (inc. XIII).....	127
11.4.12	Desistência e abandono do processo pelo autor.....	128
11.4.13	Nulidades.....	129
11.4.13.1	Convalidação do ato processual	131
11.4.13.2	As provas ilícitas, a teoria dos frutos da árvore envenenada e a teoria da fonte autônoma de prova.	132
11.4.13.3	Ausência de atuação do Ministério Público	133
11.4.13.4	Prova emprestada.....	135
11.5	Possibilidade de julgamento de mérito quando essa decisão for favorável à parte a quem aproveitaria o reconhecimento de vício processual.....	136
12.	Preliminares de mérito	137
12.1	Aspectos introdutórios.....	137
12.2	Prescrição e Decadência	139
12.2.1	Prazos prescricionais.....	140
12.2.1.1	Outros prazos prescricionais previstos em leis especiais.....	143
12.2.2	Prazos decadenciais.....	144
12.2.3	Prazos prescricionais e decadenciais conforme súmulas, teses firmadas em recurso repetitivo e jurisprudência pacificada	145
12.2.4	Modelos.....	150
13.	Mérito propriamente dito.....	151
13.1	Aspectos introdutórios e estruturação	151
13.2	Forma de argumentação	152
13.2.1	Modelo	153
13.3	Declaração incidental de inconstitucionalidade/constitucionalidade	157
13.4	Questões prejudiciais.....	157
13.5	Análise dos fatos e das provas	159
13.5.1	Ônus da prova	159
13.5.2	A questão da inversão do ônus da prova na sentença	160
13.5.3	Alegação de falsidade documental	163
13.5.4	Fato superveniente.....	164
13.6	Cumulação de pedidos	164
13.7	Julgamento liminar de improcedência	167
13.8	Revelia – análise dos seus efeitos na fundamentação.....	168
13.9	Reconvenção.....	171
13.10	Pedido Contraposto	175
13.11	Abordagem da intervenção de terceiros e outros incidentes na sentença....	176

13.11.1	Assistência.....	176
13.11.2	Denúnciação da lide	177
13.11.2.1	Questões introdutórias.....	178
13.11.2.2	Forma de estruturação da sentença	179
13.11.2.3	Ônus sucumbenciais.....	180
13.11.2.4	Questões peculiares e polêmicas na denúnciação da lide	181
13.11.3	Chamamento ao processo	185
13.11.4	Desconsideração da personalidade jurídica	186
13.11.5	Amicus curiae.....	188
13.11.6	Intervenção especial do ente federal ou do ente federado.....	190
13.11.7	Oposição (processo incidente).....	191
13.12	Correção monetária e juros moratórios.....	194
13.13	Questões prejudiciais decididas na fundamentação e coisa julgada.....	194
14.	Tutelas provisórias (de urgência ou da evidência) na sentença.....	195
15.	Imposição de sanções processuais na sentença: ato atentatório à dignidade da justiça e litigância de má-fé	200
15.1	Ato atentatório à dignidade da justiça (<i>contempt of court</i>)	200
15.2	Litigância de má-fé	202
15.3	Considerações sobre a aplicação das sanções processuais e modelos – Ato atentatório à dignidade da justiça e litigância de má-fé.....	203
16.	Ônus sucumbenciais: hipóteses de análise na fundamentação.....	205
17.	Dispositivo.....	207
17.1	Aspectos gerais	207
17.2	Princípio da congruência.....	208
17.3	Proibição de sentença incerta e a questão da sentença condicional.....	210
17.4	Dispositivos na sentença definitiva e na sentença terminativa	211
17.4.1	Na sentença terminativa.....	211
17.4.2	Na sentença definitiva	212
17.5	Decisão dos pedidos imediatos e mediatos	213
17.5.1.1	Pedidos imediatos	213
17.5.1.2	Decisão sobre pedidos mediatos	215
17.6	Julgamento dos pedidos na cumulação própria e na cumulação imprópria	216
17.6.1	Dispositivo na cumulação própria	216
17.6.2	Dispositivo na cumulação imprópria.....	217
17.7	Dispositivos das sentenças homologatórias	218
17.8	Análise do pedido implícito	219
17.9	Litisconsórcio.....	220
17.10	Indeferimento da petição inicial e julgamento liminar de improcedência.....	221
17.11	Correção monetária e juros	223
17.11.1.1	Termo inicial da correção monetária e dos juros moratórios	223

17.11.1.2	Índice de correção monetária e taxa de juros moratórios	224
17.11.1.3	Juros e correção monetária nas condenações impostas à Fazenda Pública	225
17.11.1.4	Questões sedimentadas na jurisprudência	229
17.11.1.5	Quadro sinóptico	232
17.12	Cominação de multas e outras medidas coercitivas	233
17.13	Tutelas provisórias concedidas na sentença	234
17.14	Responsabilidade por custas, honorários advocatícios e periciais e demais despesas/verbas de sucumbência	236
17.14.1	Despesas processuais	237
17.14.2	Honorários advocatícios	238
17.14.3	Honorários periciais (se houver perícia)	246
17.14.4	Ônus sucumbenciais no caso de concessão do benefício da gratuidade judiciária	247
17.14.5	Ônus sucumbenciais nos casos de desistência, renúncia, reconhecimento do pedido e transação	249
17.14.6	Casos de isenção do pagamento das custas judiciais	250
17.15	Reexame necessário	251
17.15.1	Reexame necessário no mandado de segurança	252
17.15.2	Reexame necessário em ação civil pública e em ação popular	253
17.15.3	Dica para o concurso	254
17.15.4	Modelos	254
17.16	Determinações finais	255
18.	Epílogo	256
19.	Fecho ou parte autenticativa	258

Capítulo III

ASPECTOS EM DESTAQUE DOS PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

(Luiz Otávio Rezende)	259
1. Ação monitória	260
2. Embargos de terceiro	270
3. Ações locatícias – despejo	280
4. Ação de improbidade administrativa	286
5. Ações possessórias	293
6. Mandado de segurança	304
7. Embargos à execução	313
8. Ação civil pública	317
9. Tabela com as ações e assuntos cobrados nos últimos certames da magistratura estadual e federal	326

Capítulo IV

SÚMULAS E PRECEDENTES DO STF E STJ – DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

(Luiz Otávio Rezende)	335
1. Entendimentos sumulados do tribunais superiores	336

1.1	Superior Tribunal de Justiça.....	336
1.1.1	Direito Civil.....	336
1.1.2	Direito Processual Civil.....	345
1.2	Supremo Tribunal Federal	354
1.2.1	Direito Civil.....	354
1.2.2	Direito Processual Civil.....	358
2.	Teses fixadas sob a sistemática da Repercussão Geral (STF)	360
2.1	Direito Civil	360
2.2	Direito Processual Civil	362
3.	Teses fixadas sob a sistemática de Recurso Repetitivo (STJ).....	363
3.1	Direito Civil	364
3.2	Direito Processual Civil	372

Capítulo V

PROVAS SIMULADAS (<i>Luiz Otávio Rezende</i>)	383
1. Enunciados.....	384
1.1 Exercício 1 – Ação de cobrança cumulada com pedido de dano moral.....	384
1.2 Exercício 2 – Ação declaratória de nulidade de doação	386
1.3 Exercício 3 – Ação declaratória de reconhecimento e dissolução de união estável, cumulada com pedido de partilha e fixação de alimentos	390
1.4 Exercício 4 – Ação civil pública – direito à saúde (reajuste de mensalidades de plano de saúde por faixa etária)	394
1.5 Exercício 5 – Ação de reparação de danos	396
1.6 Exercício 6 – Embargos à monitória cumulados com pedido reconvenicional.....	398
1.7 Exercício 7 – Embargos à execução (cheque)	402
1.8 Exercício 8 – Embargos de Terceiro (nulidade de fiança)	405
1.9 Exercício 9 – Ação de reparação civil em desfavor do Estado	407
1.10 Exercício 10 – Ação de cobrança com reconvenção apresentada pela ré... ..	409
1.11 Exercício 11 – Ação de obrigação de fazer contra o Estado (fornecimento de medicamentos).....	413
1.12 Exercício 12 – Ação de reparação de danos cumulada com pedido de pensionamento.....	415
1.13 Exercício 13 – Ação de despejo por denúncia vazia com reconvenção apresentada pela parte ré	417
1.14 Exercício 14 – Embargos à execução (contrato de prestação de serviços). ..	420
1.15 Exercício 15 – Ação de rescisão de promessa de compra e venda de imóvel cumulada com reparação civil	422
1.16 Exercício 16 – Ação de reparação de danos morais e materiais.....	425
1.17 Exercício 17 – Embargos de terceiro	427
1.18 Exercício 18 – Ação de reparação de danos morais e materiais.....	428
1.19 Exercício 19 – Embargos de terceiro manejado contra constrição determinada em Ação Civil Pública	436
1.20 Exercício 20 – Ação de reparação de danos morais e materiais (assédio moral).....	440

1.21	Exercício 21 – Ação ordinária com pedido de demolição	444
1.22	Exercício 22 – Ação de despejo por falta de pagamento.....	448
1.23	Exercício 23 – Ação de cobrança de débitos condominiais.....	450
1.24	Exercício 24 – Ação de cobrança envolvendo contrato de seguro.....	452
1.25	Exercício 25 – Ação monitoria – embargos à monitoria cumulados com reconvenção.....	457
1.26	Exercício 26 – Ação de reparação de danos morais e materiais em desfavor do Estado	459
2	Espelhos padrão	462
2.1	Exercício 1.....	462
2.2	Exercício 2.....	464
2.3	Exercício 3.....	465
2.4	Exercício 4.....	467
2.5	Exercício 5.....	468
2.6	Exercício 6.....	469
2.7	Exercício 7.....	472
2.8	Exercício 8.....	473
2.9	Exercício 9.....	474
2.10	Exercício 10.....	475
2.11	Exercício 11.....	477
2.12	Exercício 12.....	480
2.13	Exercício 13.....	482
2.14	Exercício 14.....	483
2.15	Exercício 15.....	484
2.16	Exercício 16.....	487
2.17	Exercício 17.....	488
2.18	Exercício 18.....	489
2.19	Exercício 19.....	492
2.20	Exercício 20.....	494
2.21	Exercício 21.....	496
2.22	Exercício 22.....	498
2.23	Exercício 23.....	500
2.24	Exercício 24.....	502
2.25	Exercício 25.....	504
2.26	Exercício 26.....	506

Capítulo VI

SENTENÇAS DE CASOS CONCRETOS (<i>Luiz Otávio Rezende</i>)	509
1. Ação civil pública – Intervenção no domínio econômico – Rede de postos de combustíveis.....	510
2. Ação civil pública – Improbidade administrativa	523
3. Ação civil pública – Ilegalidade de greve	537
4. Ação civil pública – Direito do consumidor.....	549

5. Direito Civil (família) – Ação de alimentos	555
6. Direito Civil (família) – Divórcio litigioso com partilha de bens	557
7. Direito Civil (família) – Ação de guarda	563
8. Direito Civil (família) – Reconhecimento e dissolução de união estável.....	569
9. Direito Civil – Direito autoral (reconhecimento de prescrição)	575
10. Direito Civil – Responsabilidade civil (uso indevido de imagem/retirada de notícias veiculadas na internet)	577
11. Direito Civil – Ação de cobrança cumulada com cancelamento de protesto.....	586
12. Direito Civil (embargos à execução)	591
13. Direito Civil (extinção de condomínio).....	595
14. Direito Civil – Ação de adjudicação compulsória.....	600
15. Direito Empresarial (averbação de alteração em contrato social).....	606
16. Direito Empresarial – Cheques (ação monitória)	611
17. Direito Civil (oposição e ação principal)	614
18. Locações – Ação renovatória	622
19. Direito do Consumidor – Reparação de danos	625
20. Direito Administrativo – Mandado de segurança	628
21. Responsabilidade Civil do Estado – Reparação de danos.....	631
22. Responsabilidade Civil do Estado – Reparação de danos.....	639
23. Direito previdenciário – Ação de conversão de aposentadoria	644
24. Direito tributário – Repetição de indébito	650
25. Embargos de terceiro	660
POSFÁCIO (<i>Paulo de Tarso Vieira Sanseverino</i>)	663
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	665